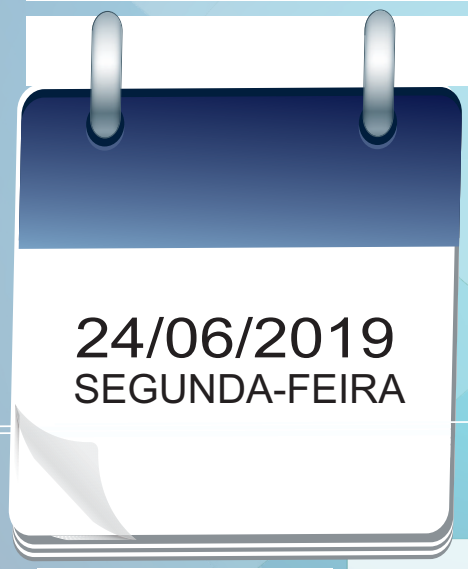
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

POLÍTICA

"Avançou", diz Lissauer sobre duodécimo

ASSEMBLEIA Presidente da Casa diz que será incluída na LDO redução de R$ 40 milhões para 2020; governo pediu estudos sobre valor deste ano

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

O diálogo com o governo sobre o pagamento integral do duodécimo à Assembleia Legislativa avançou, relata o presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), após reunião com o governador Ronaldo Caiado (DEM), ontem, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Os deputados têm cobrado o repasse dos R$ 298,8 milhões, por parte do Executivo, relativos a despesas correntes e investimentos.

Segundo o pessebista, o governo solicitou estudos para "buscar uma solução". "O governador diz que tem total interesse em tentar ajustar para este ano, mas depende dos estudos, então vamos dar os prazos necessários para os estudos e as possibilidades para o Estado. Não queremos apertar o governo", diz.

Uma das propostas apresentadas pelos deputados seria a devolução de parte dos recursos para o governo, desde que o repasse seja feito de maneira integral. Nos últimos dias, surgiu também a possibilidade de o governo já descontar a parte que seria devolvida, desde que a verba fosse "carimbada" como devolução da Casa. A viabilidade jurídica da questão, porém, ainda estaria sendo verificada.

Já em relação ao duodécimo para 2020, houve maior avanço. A proposta, acordada com o governo, é a diminuição de R$ 40 milhões no valor para o ano que vem. "Isso será incluído na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e, depois, na LOA (Lei Orçamentária Anual)", diz Lissauer.

José Mário Schreiner, Ronaldo Caiada, Lissauer Vieira e Ernesto Roller, em reunião ontem: arestas aparadas

> *"Vamos dar os prazos necessários para os estudos e as possibilidades para o Estado. Não queremos apertar o governo"*
>
> **Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia Legislativa**

SEM DESGASTE

A conversa entre Lissauer e Caiado ocorreu um dia após polêmica aprovação de PEC com emenda Jabuti para permitir a reeleição do presidente e da mesa diretora. A votação terminou com ares de desgaste para o governo na Casa, como mostrou o POPULAR ontem, visto que partiram dos articuladores políticos governistas tentativas, em vão, de adiar a análise do texto.

O assunto ainda rende desgastes (leia no *Giro*, na página 7). Porém, sobre isso, o secretário de Governo, Ernesto Roller, que também participou do encontro, diz que são "águas passadas". "A reunião foi excelente. Sem arestas." Questionado a respeito do assunto, Lissauer Vieira relata que não falaram do assunto. "Isso é coisa do passado. Está tudo tranquilo."

Parte do imbróglio, o deputado federal José Mário Schreiner também participou da reunião.

O POPULAR (20/06)

Metrobus pede fim de extensões

EIXO ANHANGUERA Empresa estatal enviou ofício à CMTC para operação voltar às outras concessionárias

A Metrobus, empresa de economia mista cujo maior acionista é o Estado de Goiás e detentora da concessão do Eixo Anhanguera, enviou ofício no início deste mês para a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) informando que pretende romper com acordo feito em 2014 que criou as extensões da linha para Trindade, Goianira, Terminal Vera Cruz e Senador Canedo. Com isso, os ônibus do eixo devem deixar de operar nos trechos ainda neste ano, em que as linhas devem voltar a ser responsabilidade das concessionárias privadas (Viação Reunidas, Rápido Araguaia e Cootego).

A razão para o fim das extensões, segundo a Metrobus, é para que a empresa possa operar apenas a linha da qual detém a concessão, voltando ao que era convencional e podendo cumprir com o processo de devolução da mesma para que a Prefeitura de Goiânia realize nova licitação. Uma carta de intenção de devolução foi assinada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) em março e entregue ao prefeito Iris Rezende (MDB). A Procuradoria-Geral do Município (PGM) realiza estudo jurídico para avaliar como deve funcionar a devolução e licitação da principal linha do sistema.

De acordo com a CMTC, foi respondido à Metrobus que a companhia não tem competência para tratar do assunto, visto que a implantação das extensões se deu em um acordo entre concessionárias e, assim, as mesmas deveriam apresentar novo acordo. A entidade, que é o órgão gestor de todo o sistema de transporte coletivo da região metropolitana de Goiânia, informou que houve reunião entre as concessionárias na última terça-feira (18) e ficou definido que em um prazo de 15 dias as empresas devem apresentar uma proposta técnica de operação para a demanda das linhas que foram estendidas.

Juridicamente, segundo a CMTC, por ter ocorrido um acordo entre as concessionárias, todas as envolvidas respondem pelos trechos atualmente e, por isso, só após todas as empresas entrarem em acordo e ter um projeto de como vai funcionar a operação no local a partir de então é que a companhia avalia se as condições serão aceitas. As concessões firmadas em 2008, no caso das concessionárias privadas, e em 2011, no caso da Metrobus, já previam a possibilidade de acordo operacional entre as empresas, cabendo ao órgão gestor apenas questionar tecnicamente a forma que a operação passou a ser definida.

PASSAGEIROS

Sem as extensões, os trechos voltam a ser operados pelas concessionárias privadas, com ônibus convencionais, o que pode prejudicar o usuário dos locais. Isso porque os ônibus da Metrobus, que são articulados ou biarticulados transportam mais pessoas ao mesmo tempo e, então, necessitaria que mais veículos das demais empresas fossem utilizados. Além disso, até mesmo os usuários do Cartão Metrobus passariam a arcar com uma tarifa inteira para chegar aos terminais e utilizar o Eixo.

O POPULAR entrou em contado com o consórcio das empresas concessionárias do transporte coletivo metropolitano, o Redemob, que informou não ter informações suficientes sobre o assunto e que iria se posicionar apenas em momento oportuno. Já o presidente da Metrobus, Paulo César Reis, afirma que todos os entes estão de acordo com o fim das extensões do Eixo. Segundo ele, mesmo com o aporte financeiro garantido pelo acordo operacional, que ratela cerca de 53% do faturamento entre as concessionárias privadas e ainda não arcam com os custos, há o entendimento de que a situação é pior.

Segundo ele, sem as extensões a operação no Eixo Anhanguera será melhor, pois todos os veículos passarão a atuar apenas no trecho de Goiânia, podendo elevar a frequência das viagens. "É mais do que lógico que melhora se ficar sem, é o mesmo passageiro e custo menor. Hoje nós lutamos para conseguir colocar a manutenção dentro de padrões mínimos", diz.

3 perguntas para Paulo César Reis

Presidente da Metrobus, Paulo César Reis explica que fim das concessões faz parte de processo de privatização

1– Por que a Metrobus quer deixar de fazer as extensões para Trindade, Goianira e Senador Canedo?
Teve um acordo, com documento assinado entre prefeito e governador, em que o governador (Ronaldo Caiado) pediu que fosse licitado os 13,6 quilômetros do Eixo. Para que isso aconteça tem que parar de operar as extensões. Então não é só o problema que a Metrobus deixa de operar, que tem custado muito caro para Metrobus, mas o problema é que houve esse acordo para que seja licitado o Eixo.

2 – Como vai funcionar daqui para frente, sem as extensões para as cidades do interior?
Fizemos ofício para a CMTC dizendo da dificuldade financeira que estamos passando, há a carta do governador, então depois disso vai ter o estudo técnico para ver como vai ser. Em modos gerais é voltar ao que era. Ah, mas o usuário está acostumado com o articulado ou biarticulado e agora vai pegar o convencional. Aí teria que ter dois convencionais, ou talvez as concessionárias privadas teriam que começar a operar com articulado também.

3 – Existe a chance de tornar a Metrobus superavitária e convencer o governador de manter a concessão?
Não. É uma definição de governo, que é sair do transporte. O foco é saúde, educação, transporte, infraestrutura e a parte social, mas a opinião do governo é que transporte tem que privatizar. Antes a Metrobus era superavitária, ficou deficitária e depois a depender do governo. Foi feita uma política errada.

Projeto acaba após cinco anos

A ação que criou as extensões do Eixo Anhanguera foi firmada há 5 anos, após termo assinado entre a Metrobus e as concessionárias privadas Viação Reunidas, Rápido Araguaia e Cootego, que são as detentoras da operação nos trechos. Pelo acordo, as demais concessionárias passariam a receber o equivalente ao que foi faturado nos últimos seis meses diretamente do que a Metrobus arrecadaria, além de não ter o custo de operar em grandes distâncias. Por outro lado, a empresa do Estado teria um custo maior para transportar a mesma quantidade de passageiros, o que gerou um passivo de cerca de R$ 2 milhões mensais desde então.

Conforme apontou O POPULAR em 2018, no acordo inicial a Metrobus ficou com apenas 47% da renda. A empresa passou a realizar a operação com 66% a mais na quilometragem e gastou mais 50,16% em quantidade de combustível. A estimativa de que esses custos elevaram as despesas em cerca de R$ 2 milhões ao mês é para um valor semelhante ao que se apresentou de déficit no ano de 2017.

À época, o governo estadual, administrado por Marconi Perillo (PSDB), defendeu que haveria uma melhoria na operação para os usuários, já que se usaria ônibus maiores (articulados ou biarticulados), o que diminuiria o tempo de espera nos pontos, e também no custo para os passageiros. Isso porque, entre 2014 e 2016 não existia limite para o subsídio da passagem para se locomover com os veículos da Metrobus. Ou seja, todos os passageiros pagavam apenas meia tarifa na linha do Eixo Anhanguera e também das suas concessões. No entanto, desde então, foi instituído o Cartão Metrobus, o que limitou o uso do subsídio aos passageiros.

Ônibus da Metrobus na rodovia para Senador Canedo: após assumir extensões, estatal passou a ter aumento de R$ 2 milhões nas despesas

> *"Em 2018, aportou aqui R$ 23 milhões e não resolveu totalmente o problema financeiro. Todo mês tem prejuízo"*
>
> **Paulo César Reis, presidente da Metrobus**

O problema para a Metrobus era mais evidente sobre os custos ao analisar o índice de passageiro por quilômetro (IpK). Quando operava apenas o trecho de Goiânia, esse número chegou a alcançar o IpK de 9 pontos, mas com as extensões passou a contabilizar um IpK de 3. A operação ainda chegou a ser feita de modo irregular por cerca de dois meses, por ocorrer sem a anuência da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) e também da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC), antes de ser aprovada em deliberação dos técnicos.

Segundo o atual presidente da Metrobus, Paulo César Reis, é necessário que o governo estadual realize aportes mensais para bancar as extensões. "No ano passado aportou R$ 23 milhões e não resolveu totalmente o problema financeiro. Todo mês tem prejuízo, tem déficit mensal, porque houve as extensões sem aumentar o número de passageiros. A receita continua a mesma e houve um acréscimo de custo." Para Reis, o projeto foi feito sem qualquer estudo técnico. "Foi feito totalmente sem a mínima estrutura para os articulados (ônibus). Faltou estudo técnico e operação é inadequada, nunca foi feito para entrar na via. E as linhas alimentadoras eram feitas com veículos que fazem 3 quilômetros por litro de combustível, o articulado faz 1,1, dois terços a menos", diz.

O HOJE (20/06)

Ipasgo passará por auditoria externa

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

Entre os dias 25 e 27 deste mês o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) receberá uma auditoria externa para verificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Esta auditoria será feita duas semanas após o Instituto ter um reajuste de 21% para os servidores.

Na época do anúncio, o reajuste foi criticado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Estados de Goiás (Sintego) e pelo presidente do diretório estadual do PSDB, Jânio Darrot.

Segundo a presidente do Sintego, Bia de Lima, é injusto repassar o problema para os servidores na forma de um aumento desta magnitude e comentou que vão recorrer à Justiça. "Os aumentos aos prestadores são exorbitantes, chegando a alguns em até 45% no ano passado, sem falar nos desvios na Construção do Hospital do Servidor Público, com mais de 17 aditivos, onde a obra ainda não foi concluída", disse a presidente na época.

Auditoria

A avaliação será realizada pelo Instituto Totum, e tem como objetivo a manutenção da certificação ISO 9001, que é emitido para que as organizações tenham critérios que garantam produtos e serviços com parâmetros para satisfazer seus clientes/usuários.

Silvio desconsidera determinação para atual gestão

Nestes dias o foco do da auditoria é examinar se os critérios estabelecidos pela NBR ISO 9001:2015 estão implementados na Gestão e se continuarão segundo as normas pré-estabelecidas.

De acordo com o presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, a certificação significa o reconhecimento de que as metodologias de trabalho o órgão, no que se refere aos critérios de liderança, estratégia, comunicação com o cliente, satisfação de clientes, controle de qualidade e melhoria de processos, estão dentro dos padrões internacionais de qualidade. Além disso, ele reforça que essas avaliações são importantes também para fazer correções e melhorar a performance da gestão.

Para atender estes critérios, o Ipasgo implantou o SGQ, e em maio, o Instituo concluiu a sua 1ª Auditoria Interna do sistema do ano de 2019. Batizada de 'Ipasgo Nota 10', a auditoria teve como objetivo melhorar seus serviços e processos.

Durante a auditoria interna, que teve como foco a sede administrativa, foi verificada a conformidade do SGQ com base nos requisitos da organização e da NBR ISO 9001.

TCE determina concurso público para o Instituto

Em março deste ano o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) determinou ao Ipasgo que fossem reconduzidos os contratos terceirizados para a substituição por servidores concursados, em especial nas atividades finalísticas de fiscalização e de auditoria. Também foi determinado que fosse apresentando um cronograma de cumprimento da decisão e a realização de concurso público em 120 dias.

Esta decisão foi tomada pelo Tribunal Pleno em em acórdão relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota, acatando denúncia do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico).

O Tribunal também constatou que houve a substituição de mão de obra efetiva por terceirizada ao longo dos anos, em ofensa ao princípio do concurso público e verificou a existência de salários maiores de cargos terceirizados em detrimento dos concursados que exercem a mesma função.

Foi concedido prazo de 30 dias para a adoção das medidas necessárias à redução dos contratos terceirizados e a substituição por servidores de provimento efetivo, em especial às atividades de fiscalização e de auditoria, inclusive com multa fixada em R$ 19 mil, no percentual mínimo de 30%, caso fosse descumprido a decisão.

Em nota, o Ipasgo afirmou que a notificação do TCE-GO se refere a situações vivenciadas por gestões passadas. A nova gestão, em resposta aos questionamentos do Tribunal, esclareceu que está tomando as medidas necessárias e possíveis no momento para a regularização dos pontos apontados.

Sobre a realização de concurso público, decreto do Governo de Goiás suspendeu temporariamente novos certames públicos devido à situação financeira e fiscal do Estado.

Dívidas

Com cerca de 3,2 mil profissionais de saúde e 900 empresas de saúde credenciados, segundo Instituto, o grande enfoque tem sido na redução contínua de gastos, com revisão de contratos e acordos, folha de pagamento de terceirizados e uso inteligente de insumos. Desde fevereiro, o órgão conseguiu uma economia de cerca de R$ 35 milhões neste ano de 2019.

O Ipasgo estava devendo quase quatro meses de pagamentos atrasados aos servidores e prestadores de serviço. Em março deste ano, o Ipasgo quitou quase R$ 360 milhões em dívidas deixadas pela gestão anterior. Ainda de acordo com o Instituto, nos 100 primeiros dias do novo governo, o Estado conseguiu quitar mais R$ 471 milhões em faturas do Ipasgo.

O HOJE (20/06)

Goiás é o 6º com mais obras paradas

Goinfra argumenta que relatório não especifica se obras são apenas dos estados ou se inclui municípios

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

Segundo dados da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Goiás é o sexto estado com o maior número de obras paralisadas no país. Foram identificadas 116 obras paralisadas no Estado. Questionada, a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), argumenta que o relatório não deixa especificado se as obras paralisadas são dos governos dos Estados ou se também há a inclusão de obras de responsabilidade dos municípios. Apesar da negativa, o relatório aponta que as obras identificadas estão lotadas em órgãos de responsabilidade do Estado.

O secretário de Governo, Ernesto Roller, mencionou anteriormente que haviam 312 obras paradas em o estado

Durante a mudança de gestão de José Eliton (PSDB) para Ronaldo Caiado (Democratas), foi anunciada o fim do Programa Goiás na Frente que, segundo o secretário de Governo, Ernesto Roller, haviam 312 obras paradas em todo o estado. Além disso, a dívida referente a essas obras girava em torno de R$ 333 milhões. À época, o relatório apontou que em 2017, o Governo de Goiás havia celebrado mais de R$ 500 milhões em convênios com as prefeituras.

As 116 obras paradas em Goiás estão distribuídas entre as secretarias da Saúde, Indústria e Comércio, Goinfra, Agehab, Codego, Ipasgo e a Saneago, segundo os dados oficiais coletados pela Associação.

As informações irão subsidiar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Obras Paradas, criada no fim de maio, numa iniciativa do deputado Amauri Ribeiro (PRP). Segundo ele, o requerimento que apresentou na Assembleia se baseou no fato de que existem obras financiadas com recursos estaduais paralisadas, o que tem trazido prejuízos aos cofres públicos. "Obra parada é dinheiro público jogado fora. Não podemos aceitar isso nesse estado e nesse país", disse.

De acordo com o parlamentar, no estado há centenas de obras iniciadas que não têm previsão de conclusão. "É de extrema importância que a população tenha uma dimensão do prejuízo causado. É inaceitável que Goiás apresente este tipo de problema enquanto está com os salários de dezembro dos funcionários atrasados.

Ribeiro, que preside a CPI, garante que estará presente para que a CPI surta efeito e traga soluções para o estado. "Essa investigação se faz necessária para que possamos saber a extensão do prejuízo aos cofres públicos", afirma.

Ainda segundo o parlamentar, se as investigações constatarem que houve, de fato, desvio de dinheiro público, os responsáveis serão punidos. "As obras serão investigadas independente da gestão em que foram iniciadas. A política está mudando e a população não admite mais esse desrespeito que vem acontecendo há alguns anos com o dinheiro público", enfatiza o parlamentar.

Dentre as razões gerais apontadas para a paralisação das obras, a suspensão de repasses de recursos conveniados é a mais relevante, com 20,9% das respostas. Os gestores também declararam pendências com as construtoras contratadas (20,5%), seguido de falhas no planejamento (19,1%). A Goinfra não informou quantas obras estão em andamento e quantas encontram-se paradas.

No Brasil, segundo o relatório, há 2.555 obras paralisadas. Para a obtenção desse diagnóstico preliminar, foram consideradas as obras com valores de contrato acima de R$ 1,5 milhões e iniciadas a partir de 2009. As cifras dessas construções chegam a R$ 89.559 bilhões.

O presidente da Atricon, Fábio Nogueira, salienta que, embora não tenha sido empregado um procedimento de auditoria, os números são expressivos e corroboram a necessidade de uma correção de forças interinstitucionais. Ele se referiu à Cooperação Técnica envolvendo a Atricon, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993, cujo Termo foi assinado no último dia 4 de junho, em solenidade no CNJ.

Fábio informou que esse primeiro diagnóstico servirá como subsídio às próximas etapas. De acordo com Nogueira, a partir destas informações, cada Tribunal de Contas elencará obras consideradas prioritárias - a exemplo daquelas que contemplam as áreas de saúde e educação - para um aprofundamento analítico das causas da paralisação, ou impedimento da continuidade dos serviços.

Nessa fase, segundo Fábio Nogueira, serão empregados critérios de auditoria, com análise de documentos, verificação no local, dentre outros procedimentos específicos. "A intenção principal é encontrar meios para destravar essas obras, a fim de que a população possa se beneficiar de serviços públicos de qualidade", destacou.

DIÁRIO DA MANHÃ (20/06)

Caiado: atração de empresas vai gerar investimentos de R$ 1,5 bi

Protocolo de intenções foi assinado pelo governador e empresários com perspectivas de gerar 7,6 mil empregos em 13 cidades goianas

Helton Lenine

"Não existe nenhuma política social com maior alcance e resultado do que aquela que gera emprego." Com essa afirmação, o governador Ronaldo Caiado anunciou, na última terça-feira, que mais de 7,6 mil empregos diretos e indiretos devem ser criados pelo interior do Estado nos próximos meses. A estimativa foi feita diante da assinatura do protocolo de intenções para a instalação de 16 novas empresas no Estado, o que vai gerar investimentos na ordem de R$ 1,5 bilhão.

Caiado citou a quebra de burocracias como a marca da atual gestão que mais tem atraído novos investidores. Junto a isso, comentou sobre a preocupação em dar celeridade ao registro de pessoas jurídicas e a manutenção dos incentivos fiscais. "Esse protocolo de intenções mostra a nova política de governo, de dar prioridade principalmente na redistribuição das empresas por Goiás. Com isso, tentamos alavancar as regiões mais carentes, criando milhares de empregos e uma perspectiva daquilo que é fundamental: emprego e condição digna de vida."

As 16 empresas serão distribuídas em 13 cidades goianas. São empreendimentos dos mais variados segmentos, como indústria têxtil, alimentos, energia, mineração e maquinários agrícolas. A regionalização industrial, percebida na diversidade das cidades, é uma determinação do governador Ronaldo Caiado, presente, inclusive, em seu plano de governo. "Nosso objetivo é dar oportunidades aos cidadãos e movimentar a economia de Goiás", defende.

DIVULGAÇÃO

Ronaldo Caiado e Wilder Morais: novas empresas e mais empregos

CELERIDADE

Os trâmites em torno da abertura das novas indústrias são intermediados pela Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). O titular da pasta, Wilder Morais, lembrou que as 16 empresas anunciadas nesta terça-feira se juntam a outras 27 que já firmaram o compromisso junto ao Estado, em abril último. A plena instalação de todas elas, projetou, deve levar um período de até dois anos. "Com isso, garantimos o incremento de R$ 400 milhões anuais de ICMS para o Estado, além de acrescentar mais de R$ 8 bilhões no nosso PIB", calculou.

O secretário comentou, ainda, sobre a primeira reunião do Conselho Superior de Desenvolvimento, realizada nesta segunda-feira. A lei que o criou é de 2011, mas o projeto só saiu do papel agora, na gestão de Caiado. O grupo de trabalho, que reúne diversas secretarias, tem como objetivo estabelecer diretrizes de fomento de projetos de industrialização, comércio e serviços. "O governo tem que dar celeridade para que as empresas venham operar no Estado o mais rápido possível."

OPORTUNIDADE

Diretor da VMG Bioenergia e Agronegócio, Emerson de Oliveira foi um dos empresários a assinar o protocolo de intenções. Com investimento de R$ 550 milhões, a unidade, que será instalada em Jataí, vai gerar cerca de 1,2 mil empregos diretos e indiretos. A alta produção de milho na região, disse, foi o que chamou atenção para a abertura do novo negócio. "Isso nos motivou a trabalhar com o etanol de milho, que vem sendo bem promissor."

Já o prefeito de Abadiânia, Zé Diniz, disse que a cidade está recebendo de braços abertos a oportunidade de ver instalada em suas terras um novo negócio, especialmente após o escândalo envolvendo o médium João de Deus – o que impactou negativamente o turismo e, consequentemente, a economia local. No município será montada a Sumay do Brasil, com investimento inicial de R$ 2 milhões e expectativa de 420 empregos diretos e indiretos. "Goiás é isso que vocês viram, e é isso que temos para oferecer", disse o prefeito, ao destacar a potência do Estado e agradecer Caiado por olhar para todos os municípios com os mesmos olhos.

O bom relacionamento de Caiado com o governo federal e com a classe empresarial também foi elogiado. Na avaliação do presidente da Associação Pró-desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otávio Lage de Siqueira Filho, há um sentimento de trabalho em equipe em prol do Estado. "De mãos dadas vamos conseguir fazer com que Goiás seja um exemplo para o Brasil de geração de emprego e crescimento. Tenho certeza que o governador, com seu empenho e na ligação que tem com o governo federal, com o presidente e vários ministros, vai fazer com que Goiás possa sair da crise."

O POPULAR (21/06)

STF autoriza Goiás a adiar o pagamento de dívidas

CONTAS PÚBLICAS Liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes permite ao Estado suspender a quitação de débitos com bancos federais por seis meses; governo estima economia de R$ 900 mi

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Nelson Jr./SCO/STF

Gilmar Mendes: ministro determinou que União deve se abster de inscrever Goiás em cadastros restritivos

O Estado de Goiás calcula economizar pelo menos R$ 900 milhões com a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite a suspensão dos pagamentos de dívidas com bancos federais por seis meses. A liminar foi concedida na quarta-feira (19) pelo ministro Gilmar Mendes em ação civil ordinária (ACO) proposta pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em 13 de maio.

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, disse ontem ao POPULAR que o Estado deixará de pagar entre R$ 150 milhões e R$ 200 milhões por mês. Se o valor chegar a R$ 200 milhões, o total da economia por seis meses seria de R$1,2 bilhão.

O pedido inicial da PGE era pela suspensão do pagamento das dívidas até que saísse o socorro federal prometido pela equipe econômica do governo Jair Bolsonaro. O projeto de lei complementar que cria o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) foi encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 4 de junho, mas a tramitação ainda não avançou.

O ministro Gilmar Mendes questionou o Estado sobre o pedido, já que ainda não existe a lei do PEF. A PGE então alterou a ação, passando a solicitar a inclusão nas regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que já tem lei desde 2017. Assim, a liminar também autoriza que o Estado ingresse no RRF, mas a intenção do governo estadual continua sendo de adesão ao PEF.

Na ação, a União se posicionou contra a liminar apontando justamente que Goiás não se enquadra nos requisitos do RRF. A gestão estadual passou os 50 primeiros dias do governo tentando enquadrar Goiás no RRF, mas a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) descartou a possibilidade. A partir daí começou a articulação pelo PEF.

O Estado começou a avaliar a ação no STF em abril, alegando que não tem condições de pagar as parcelas das dívidas e para evitar que a União execute contragarantias previstas nos contratos. Em caso de calote da dívida com os bancos, a União pode suspender repasses de recursos como os do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Os empréstimos foram feitos em seis contratos com Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e Caixa Econômica Federal.

A procuradora Juliana Diniz vem repetindo que não se trata de calote, mas de dificuldade momentânea de honrar os compromissos. "Reconhecemos o empréstimo, mas informamos que, apesar de dever, não temos caixa para fazê-lo. Por isso a necessidade de suspensão dos pagamentos. A prioridade é a folha de pagamento de dezembro, que precisa ser finalizada, e a atual", disse a procuradora em abril.

> *"Reconhecemos o empréstimo, mas informamos que, apesar de dever, não temos caixa para fazê-lo"*
>
> **Juliana Diniz, procuradora-geral do Estado, em declaração no mês de abril**

Juliana diz que despachou diretamente com o ministro e que explicou que os requisitos do RRF representam questões formais e não espelham a realidade das dificuldades financeiras do Estado.

A decisão do ministro do Supremo determina ainda que a União abstenha-se de inscrever Goiás em cadastros restritivos e que restitua valores porventura bloqueados ou descontados, caso tenha ocorrido a execução do bloqueio ou contragarantia. A PGE informou que não houve bloqueios.

A liminar determina prazo de seis meses para que o Estado protocole o pedido de ingresso no RRF e apresente o plano de ajuste de suas contas, por meio da aprovação de lei estadual, conforme determinam as regras do RRF.

OUTROS ESTADOS

A decisão favorável a Goiás não é exclusiva. Levantamento do jornal *O Estado de S.Paulo* mostrou que, desde 2018, decisões favoráveis no STF garantiram fôlego de aproximadamente R$ 12 bilhões aos caixas dos Estados em crise, sendo que os ministros foram favoráveis a 78 das 99 ações apresentadas à Corte.

Estado vai procurar a Secretaria do Tesouro Nacional

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O Estado de Goiás deve entrar em contato com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em Brasília, na próxima semana, para saber as implicações da liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes na quarta-feira (19), que permite ao Estado suspender o pagamento das dívidas com os bancos federais.

Em nota divulgada ontem à noite, assinada pela Secretaria da Economia e Procuradoria Geral do Estado, foi destacado que a decisão impõe o cálculo das despesas de pessoal pelo critério da STN.

> *"Se não houver o apoio de todos os entes, o Estado poderá enfrentar diversas dificuldades financeiras"*
>
> **Trecho de nota divulgada pelo governo de Goiás**

Com isso, diz a nota, os demais poderes e órgãos autônomos deverão adotar as mesmas medidas. Ao destacar as mudanças, o texto cita a lei 159 e informa que o Estado, para conseguir se adequar aos critérios necessários, precisaria ajustar as despesas com pessoal em dois quadrimestres.

Para isso, os Poderes e órgãos autônomos deveriam suspender concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

SUSPENSÕES

Entre as suspensões informadas pelo governo também estão a criação de cargo, emprego ou função, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, com exceção à reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Na nota, o Estado faz um apelo para "união de esforços em todos os poderes", em especial do Legislativo que será responsável por elaborar projetos para atender às exigências judiciais e encaminhar as matérias para votação. "Se não houver o apoio de todos os entes, o Estado poderá enfrentar diversas dificuldades financeiras, dentre elas a quitação da folha dos servidores, por exemplo", diz o texto.

As mudanças ainda não são definitivas e dependem de reuniões entre representantes do governo de Goiás e da Secretaria do Tesouro Nacional. A decisão do ministro Gilmar Mendes é liminar, ou seja, pode ser modificada por outras decisões.

PIB de Goiás cresce acima da média nacional no primeiro trimestre

Levantamento feito pelo Instituto Mauro Borges (IMB), da Secretaria de Economia, aponta que a economia goiana cresceu acima da média nacional no primeiro trimestre de 2019. O Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás apresentou crescimento de 1,3%, diante de 0,5% no Brasil, em comparação com o mesmo período de 2018.

O Estado teve aumento de produção nos setores da agropecuária, 1,1%, na indústria, 1,4%, e no de serviço, 1,2%, nos três primeiros meses do ano. O desempenho se diferenciou do nacional. Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, na mesma data, somente o setor de serviços apresentou variação positiva no Brasil, 1,2%. A indústria e a agropecuária brasileira tiveram queda de -1,1 e -0,1, respectivamente.

De acordo com o responsável pelo estudo, o economista Rafael dos Reis Costa, o resultado mostra um bom início de ano para Goiás, visto que no primeiro trimestre de 2018 a situação era oposta, quando o indicador de produção apontava retração.

O bom desempenho de atividades representativas da economia goiana foi responsável por impulsionar a economia. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, apresentado no estudo do IMB, mostra crescimento na produção de culturas importantes no Estado, no primeiro trimestre de 2019, como a cana-de-açúcar (3,4%), o sorgo (5,3%) e o algodão herbáceo (5,5%). Destaque para a produção de milho, que atingiu 9.878.927 toneladas e teve aumento de 4,6%.

O setor de serviços, que tem participação de 65,1% do PIB goiano, registrou crescimento em relação ao ano anterior. Destacaram-se a produção de tecidos, vestuário e calçados (28,6%); o comércio de veículos, motocicletas, partes e peças (10,8%); e outros artigos de uso pessoal e doméstico (27,1%). O crescimento da indústria de transformação, ancorado na fabricação de produtos alimentícios (4,0%) e na produção de coque (30,4%), que são produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, também ajudaram na elevação do indicador.

O HOJE (21/06)

Goiás suspenderá pagamentos à União

Medida liminar autoriza o Estado de Goiás a suspender, por seis meses, pagamento de empréstimos

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

Com a liminar assinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, o Estado de Goiás poderá suspender o pagamento de contratos entre União e Estado por seis meses além da possibilidade de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A liminar parcial foi assinada na última quarta-feira (19) em razão de uma ação civil ordinária (ACO) proposta pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal foi uma das principais tentativas do governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas) para buscar um alívio no caixa. Com a liminar, o Estado pode deixar de pagar cerca de R$ 120 milhões por mês.

A tentativa de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi uma das principais alternativas encontradas pelo Governo do Estado para resolver os problemas de caixa deixados pelas gestões tucanas. O Estado chegou a receber auditores do Tesouro Nacional, que minimizaram a situação das contas de Goiás e negou a adesão ao plano.

Em maio, após reunião com governadores e o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), Caiado havia sinalizado que Goiás não teria condições de arcar com as dívidas e revelou que iria ao STF para a suspensão da execução de seis contratos, entre eles, com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e com o Banco Nacional do Desensolvimento Econômico e Social (BNDES). A procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente, alega ainda que o Estado não terá condições de honrar os demais compromissos, como as transferências constitucionais para saúde e educação e o pagamento da folha aos servidores públicos.

A procuradora mencionou no pedido que não pretende dar um calote nas instituições financeiras. "Não se discute a natureza do empréstimo, pelo contrário, reconhecemos a dívida, mas diante da calamidade financeira o Estado procura fazer um acordo coma a União. O Estado não vai se furtar ao pagamento, mas quer que União conceda um fôlego", afirmou à Rádio Sagres em maio deste ano.

Em nota, a Secretaria de Economia informou que na próxima semana entrará em contato com a Secretaria do Tesouro Nacional, em Brasília, para saber as implicações da liminar. A declaração frisou ainda o ajuste de despesas que todos os Poderes terão de fazer e cobrou respaldo do Poder Legislativo. "Se não houver o apoio de todos os entes, o Estado poderá enfrentar diversas dificuldades financeiras, dentre elas a quitação da folha dos servidores, por exemplo", afirmou.

Plano Mansueto

Já com a negativa de que o Estado não se adequaria ao RRF, durante o encontro dos governadores com o presidente, Caiado cobrou a apresentação de um pacto federativo para socorrer os Estados. O Plano de Equilíbrio Fiscal, conhecido como Plano Mansueto, só foi apresentado duas semanas após o encontro.

Ele deve beneficiar os estados da Bahia, de Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins, além do Distrito Federal.

Entretanto, com a possibilidade de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o Estado deve optar pela primeira alternativa. A demora na apresentação do Plano Mansueto não agradou o governo de Goiás, que alertava que já havia cumprido parte das exigências para adesão no plano, mas que não havia reciprocidade por parte do Governo Federal. Caiado disse à época que o projeto é "cheio de exigências, mas sem objetividade alguma".

Procuradora-geral do Estado mencionou que não pretende deixar de pagar os empréstimos

Medida trava queda de braços com outros poderes

Uma possível adesão ao Plano Mansueto colocou o poder Executivo em rota de colisão com o chefe dos outros poderes, isto porque, uma das oito exigências para a adesão é a criação "unidade de tesouraria", que centralizaria as contas de todos os Poderes, impondo restrições de gastos para além dos governos locais. A "unidade de tesouraria" é uma forma de incluir legislativos e judiciários locais no esforço de contenção de gastos num cenário que combina estados endividados e perdas na arrecadação.

Ventilado esse requisito, o governador se reuniu com o chefe dos poderes Legislativos e Judiciários para anunciar a possibilidade. "Dizemos para eles que o Orçamento é único, não tem orçamento para o Executivo diferente do da Assembleia e do Poder Judiciário, nem para o Ministério Público nem para a Defensoria Pública. Todos assinaram um documento dando ciência à população e todos também estão conscientes da situação que está o Estado e se não vier uma resposta imediata teremos de solicitar ao STF [autorização] que realmente não tem como o Estado arcar com o pagamento das dívidas com os bancos", afirmou.

A Assembleia Legislativa de Goiás vem cobrando, desde o começo do ano, o repasse integral do duodécimo para a Casa. Segundo o presidente da Assembleia, deputado Lissauer Vieira (PSB), o Governo de Goiás deixa de repassar cerca de 35% a 40% do orçamento, o que gira em torno de R$ 16 milhões a menos por mês.

Lissauer vem articulando com o governador para que o repasse seja feito integralmente, ele inclusive não descarta a possibilidade de ir buscar na Justiça a integralidade do duodécimo.

Há duas semanas, a secretária de Estado da Economia, Cristiane Schmidt, se reuniu com os deputados para tentar chegar a um denominador comum, saiu de lá sem um acordo fechado e criticada pelos deputados.

O secretário de Governo, Ernesto Roller, propôs um encontro entre os chefes dos poderes executivos e legislativos. A reportagem apurou que o encontro aconteceu na última segunda-feira (17), entretanto, nenhuma informação sobre o encontro foi divulgado.

Nesta terça-feira (18), a Assembleia aprovou, por meio de uma emenda "jabuti", a possibilidade de reeleição da Mesa diretora na Casa. A medida não agradou o governador que tentou adiar a votação, mas perdeu por 28 votos a 6.

DIÁRIO DA MANHÃ (21/06)

1º TRIMESTRE

PIB de Goiás cresce acima da média nacional

O Produto Interno Bruto do Estado apresenta crescimento de 1,3%, diante de 0,5% no Brasil, em comparação com o mesmo período de 2018

Cláudio André Nogueira, resultado é positivo, mas é preciso cautela

Helton Lenine

Levantamento feito pelo Instituto Mauro Borges (IMB), da Secretaria de Estado da Economia, apontou que a economia goiana cresceu acima da média nacional no primeiro trimestre de 2019. O Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás apresentou crescimento de 1,3%, diante de 0,5% no Brasil, em comparação com o mesmo período de 2018.

O Estado de Goiás teve aumento de produção nos setores da agropecuária, 1,1%, da indústria, 1,4%, e do serviço, 1,2%, nos três primeiros meses do ano. O desempenho goiano se diferenciou do nacional. Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, na mesma data, somente o setor de serviços apresentou variação positiva no Brasil, 1,2%. A indústria e a agropecuária brasileira tiveram queda de -1,1 e -0,1, respectivamente.

De acordo com o responsável pelo estudo, o economista Rafael dos Reis Costa, o resultado mostra um bom início de ano para Goiás, visto que no primeiro trimestre de 2018 a situação era oposta, quando o indicador de produção apontava retração.

O bom desempenho de atividades representativas da economia goiana foi responsável por impulsionar a economia. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, apresentado no estudo do IMB, mostra crescimento na produção de culturas importantes no Estado, no primeiro trimestre de 2019, como a cana-de-açúcar (3,4%), o sorgo (5,3%) e o algodão herbáceo (5,5%). Destaque para a produção de milho, que atingiu 9.878.927 toneladas e teve aumento de 4,6%.

O setor de serviços, que tem participação de 65,1% do PIB goiano, registrou crescimento em relação ao ano anterior. Destacaram-se a produção de tecidos, vestuário e calçados (28,6%); o comércio de veículos, motocicletas, partes e peças (10,8%); e outros artigos de uso pessoal e doméstico (27,1%). O crescimento da indústria de transformação, ancorado na fabricação de produtos alimentícios (4,0%) e na produção de coque (30,4%), que são produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, também ajudaram na elevação do indicador.

O diretor do IMB, Cláudio André Gondim Nogueira, acredita que o resultado é positivo, mas é preciso cautela para avaliar o comportamento do PIB no restante do ano. "Estamos em um período de recuperação lenta da economia e os investidores estão esperando a concretização de reformas importantes. As expectativas de crescimento nacional estão diminuindo e esperamos que não se reflita em Goiás, que tem uma estrutura produtiva competitiva", falou Cláudio Nogueira.

IMB

O Instituto Mauro Borges atualmente faz parte da estrutura da Secretaria de Estado da Economia de Goiás e a expectativa é que ele se torne uma ferramenta cada vez mais estratégica. O Instituto busca assessorar secretarias e órgãos do governo com informações, estudos e análises que auxiliem na tomada de decisão para a transformação da sociedade. (Com informações da secretaria estadual de Economia)

Secretária Cristiane Schmidt: impulso na economia goiana

Estado avança na regionalização industrial com novas empresas

IMPRENSA/SEFAZ

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, participou da solenidade de assinatura do protocolo de intenções para a instalação de 16 novas empresas no Estado de Goiás, o que vai gerar investimentos na ordem de R$ 1,5 bilhão.

As 16 empresas serão distribuídas em 13 cidades goianas. São empreendimentos dos mais variados segmentos, como indústria têxtil, alimentos, energia, mineração e maquinários agrícolas. A regionalização industrial, percebida na diversidade das cidades, é uma determinação do governador Ronaldo Caiado, presente, inclusive, em seu plano de governo. "Nosso objetivo é dar oportunidades aos cidadãos e movimentar a economia de Goiás", ressalta.

LDO

Com o objetivo de subsidiar discussões com os municípios goianos para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2020, a Secretaria da Economia do Estado de Goiás realiza, este mês, ciclo de audiências municipais, em iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. As primeiras cidades visitadas foram Iporá e Cidade de Goiás, Itumbiara, Catalão e Simolândia. Os eventos devem ocorrer em mais sete municípios goianos até o final do mês.

O superintendente Executivo da secretaria de Economia Francisco Sérvulo esclareceu, que os três principais instrumentos de planejamento do setor público são: LDO, Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Projeto Plurianual (PPA). "Além disso, apresentamos os mecanismos de distribuição das receitas arrecadadas e as vinculações obrigatórias do orçamento nas áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia e cultura, para que os cidadãos conheçam melhor as possibilidades e limitações da realidade orçamentária ", afirma Sérvulo.

Contadores do Estado debatem melhores práticas

IMPRENSA/SEFAZ

A coordenação de Educação Fiscal da Secretaria da Economia participou, em Catalão, na Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás, de evento que estimula a discussão acerca do papel do controle social para a efetividade de políticas públicas, especialmente aquelas afirmativas, voltadas para a eliminação de desigualdades. Foram capacitados conselheiros de políticas públicas e defesas de direitos das diversas instituições da sociedade civil, secretarias e órgãos gestores dos municípios da região sudeste de Goiás.

O coordenador do Programa de Educação Fiscal, José Humberto Corrêa de Miranda, falou sobre Educação Fiscal no controle social, abordando temas como gestão democrática dos recurso e papel dos observatórios para desenvolvimento de cultura de transparência.

O evento, organizado pelo Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS (FIMTPODER), conta com aporte financeiro proveniente de ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e tem a parceria da Controladoria-Geral da União, Advocacia Geral da União, Programa de Educação Fiscal de Goiás, Ministério Público do Estado de Goiás e Tribunais de Contas.

CONTADORES

A Secretaria da Economia, por meio da Superintendência da Contabilidade-Geral (SCG), reuniu contadores e auxiliares contábeis de órgãos de todo Estado, incluindo os Poderes e Tribunais de Contas. "O objetivo de reunir esses profissionais é aperfeiçoar o trabalho contábil da administração de Goiás com métodos cada vez mais padronizados nos moldes do Manual de Contabilidade aplicada ao setor público", explicou o superintendente da SCG e Contador-Geral do Estado de Goiá, Ricardo Borges.

Cerca de 70 servidores participaram da reunião técnica. Na pauta foram discutidos temas a partir de três eixos: reforma Administrativa; parecer prévio do TCE sobre as contas de governo 2018; fechamento contábil mensal.

Ricardo Borges demonstrou aos contadores os principais pontos do parecer do Tribunal de Contas do Estado pela reprovação das contas do exercício de 2018. Além disso, o superintendente lembrou aos técnicos a necessidade de observar as mudanças na legislação, entre elas, o decreto 9.443/2019 que prevê pagamentos na ordem cronológica.

Pra atender Tesouro Nacional, Caiado terá de reduzir custos do governo, do TJ, MP, TCE e AL

21/06/2019 22:56

Liminar de STF parece só positiva, porque inclui Goiás no Regime de Recuperação Fiscal, mas o remédio tende a ser amargo para servidores comissionados e efetivos

Gilmar Mendes, ministro do Supremo: liminar beneficia Goiás mas efeito pode ser amargo para servidores públicos | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu uma liminar permitindo a entrada do governo de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados. Entretanto, o que parece um "big" presente de avô para neto pode — na avaliação de deputados, advogados, auditores fiscais e economistas — se transformar num "intragável presente de grego".

Porque, para ser beneficiado com a inserção no RRF, Goiás deverá "aprovar, nos próximos seis meses, uma lei estadual com plano de ajuste em suas contas. Além disso, o governo goiano precisará passar a computar as despesas com inativos, pensionistas e o dispêndio com imposto de renda do quadro funcional dento dos gastos com pessoal" (o registro é de reportagem de Eduardo Rodrigues, do jornal "O Estado de S. Paulo").

Governador Ronaldo Caiado poderá ter de emitir comissionados e cortar benefícios de servidores efetivos em vários órgãos | Foto: Lívia Barbosa

O governo de Goiás — a gestão de Ronaldo Caiado (DEM) —, o Tribunal de Justiça de Goiás, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas de Goiás (TCE), o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a Assembleia Legislativa, com o fato de que a despesas com inativos, pensionistas e o dispêndio do IR deverão ser computados, terão de reduzir custos drasticamente. O que, afirmam as fontes — como o deputado Cláudio Meirelles, do PTC —, deverá levar à criação de uma política rigorosa de contenção de gastos da máquina pública. "Não bastará demitir comissionados — e a maioria terá de ser afastada — para cumprir a meta exigida pelo STF e pelo governo federal. As folhas do governo, do TJ, do TCE, do TCM, do MP e da AL terão de passar por um pente-fino rigoroso. Se isto não for feito, o governo não vai conseguir cumprir o limite exigido pela Secretaria do Tesouro", afirma um advogado especializado em contas públicas. "Mas não será fácil convencer o Judiciário, o TCE, o TCM e o Ministério Público a fazer cortes, mas será preciso cumprir a determinação do STF", acrescenta um auditor fiscal da ativa. "Será preciso seguir o entendimento federal e cumprir a determinação do Supremo, senão o governo de Goiás perderá determinadas regalias que estão sendo concedidas."

Um economista frisa que servidores efetivos não serão demitidos. "Mas, para cumprir as novas regras, mesmo funcionários efetivos perderão gratificações e o governo terá de cortar horas extras. O Vapt-Vupt, onde trabalham muitos comissionados, deverá ser enxugado", afirma. "Na prática, todo mundo terá de fazer reforma administrativa com o objetivo de reduzir a folha. O governo poderá, no lugar de abrir o capital, privatizar a Saneago e criar um programa de demissão voluntária. Então, num primeiro momento, a decisão de Gilmar Mendes pode até ser comemorada, mas o remédio será realmente amargo para o governo, que, tendo que tomar medidas impopulares, poderá ficar desgastado."

Tesouro estuda se vai recorrer de decisão do STF que beneficia Goiás

RECUPERAÇÃO FISCAL Liminar do ministro do STF Gilmar Mendes autorizou a entrada do Estado, mesmo sem requisitos, no regime que suspende pagamentos de dívidas

O Tesouro Nacional vai procurar a Advocacia-Geral da União (AGU) para entender o que fazer com uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para que o órgão permita a entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados. Apesar de ter declarado situação de calamidade financeira em janeiro deste ano, o Estado não conseguiu convencer o Tesouro do cumprimento de todos os requisitos para aderir ao RRF, que permite a suspensão dos pagamentos da dívida estadual com a União por até três anos, em troca de medidas de ajuste fiscal.

Agora, de acordo com a decisão de Gilmar Mendes, o Tesouro deverá permitir o ingresso de Goiás no RRF, desde que o Estado consiga aprovar nos próximos seis meses uma lei estadual com plano de ajuste em suas contas. Além disso, o governo goiano precisará passar a computar as despesas com inativos, pensionistas e o dispêndio com imposto de renda do quadro funcional dentro dos gastos com pessoal.

A liminar também determina que o Tesouro não execute contragarantias de contratos que Goiás deixe de honrar nesse período, não podendo a União inscrever o Estado em cadastros de entes inadimplentes. Eventuais repasses que já tenham sido bloqueados pela União também deverão ser restituídos ao Estado.

"O Tesouro Nacional não foi notificado da decisão. Quando isso ocorrer, a Advocacia-Geral da União será provocada para esclarecer o que o Tesouro deve ou não fazer e só então a STN poderá responder sobre suas consequências práticas", respondeu o órgão ao *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

O Regime de Recuperação Fiscal dos Estados foi aprovado em julho de 2017 pelo Congresso, mas a única unidade da Federação que conseguiu atender aos requisitos do programa foi o Rio de Janeiro, que formalizou a adesão em setembro do mesmo ano.

O Rio Grande do Sul negociou durante meses o ingresso no regime, mas foi vetado pelo Tesouro devido à recusa do Estado em vender estatais, como o Banrisul.

> *"A Advocacia-Geral da União será provocada para esclarecer o que o Tesouro deve ou não fazer e só então a STN poderá responder sobre suas consequências práticas"*
>
> **Secretaria do Tesouro Nacional, em nota**

Já Minas Gerais, que declarou situação de calamidade financeira ainda em dezembro de 2016, também recorreu à Justiça e desde o começo de 2018 tem deixado de pagar dívidas sem ter suas contragarantias executadas pela União. Além de Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, os governos do Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Roraima também declararam situação de calamidade financeira nas contas estaduais.

ECONOMIA

Ontem, o POPULAR mostrou que o Estado de Goiás calcula economizar pelo menos R$ 900 milhões com a decisão do ministro Gilmar Mendes. Segundo a secretária da Economia, o Estado deixará de pagar entre R$ 150 milhões e R$ 200 milhões por mês.

Em nota divulgada ontem, o governo de Goiás diz que vai procurar a STN, na segunda-feira, para saber as implicações da liminar. Assinada conjuntamente pela Secretaria da Economia e Procuradoria Geral do Estado, o texto destaca que a decisão impõe o cálculo das despesas de pessoal pelo critério da STN. Com isso, diz a nota do governo, os demais poderes e órgãos autônomos deverão adotar a mesmas medidas. E cita a lei 159, informando que o Estado, para conseguir se adequar aos critérios necessários, precisaria ajustar as despesas com pessoal em dois quadrimestres. (Com Agência Estado)

Octacílio Queiroz

Ronaldo Caiado e Onyx Lorenzoni durante visita à Cidade de Goiás

Em Goiás, Onyx comenta o endividamento do Estado

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, acompanhado do governador Ronaldo Caiado (DEM), visitou ontem a Cidade de Goiás. Ele comentou sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a suspensão do pagamento de contratos do Estado com a União por um prazo inicial de seis meses.

Lorenzoni afirmou que apesar da decisão representar um "fôlego" para Goiás, é necessário se trabalhar soluções mais profundas a longo prazo.

"Vamos superar com vitória a Reforma da Previdência e depois disso iremos trabalhar em duas linhas que já vêm sendo gestadas dentro do governo: a reforma tributária e a reestruturação do endividamento dos Estados", explicou o ministro.

Sobre a reforma tributária, o ministro afirmou que isso é um passo muito importante, já que irá simplificar a vida do cidadão. "Precisamos retirar o peso do governo dos ombros dos homens e mulheres que trabalham no Brasil", ressaltou.

Além disso, Lorenzoni comentou a necessidade de se procurar soluções definitivas para o endividamento dos Estados. "O programa de recuperação fiscal gestado e aprovado pelo Congresso no governo Temer é insuficiente para essa mudança estrutural na capacidade que os Estados têm. Por isso, estou aqui em um Estado brasileiro que tem imensas dificuldades, conhecendo sua realidade. É para construirmos uma saída", disse o ministro. Lorenzoni esteve na Cidade de Goiás para discutir com a gestão estadual as dificuldades e soluções para a saúde e cultura goianas. Um dos anúncios feitos pelo governador durante a reunião foi a revitalização do Hospital São Pedro, na Cidade de Goiás, que, a partir de agosto, contará com dez leitos conveniados e a possibilidade de realização de cirurgias ortopédicas e ginecológicas (leia mais na página 11). (Mariana Carneiro participa do programa de estágio do GJC/UFG)

Liminares são decisões passíveis de revisões

JÚLIO PASCHOAL

Liminar do ministro Gilmar Mendes, em favor do Estado de Goiás, é motivo de comemoração?

Creio que não. Liminares são decisões monocráticas, passíveis de revisões quando os processos vão para as Câmaras ou mesmo ao Pleno. Em ambos se julgam o mérito do que fora solicitado, autorizado ou reprovado.

O que de fato deseja o Estado de Goiás? Entrar no Programa de Recuperação fiscal, que pode lhe conceder até R$ 10 bilhões de créditos e fôlego para colocar as contas em dia, uma vez que só aos bancos, que deram causa a ação junto ao STF, paga mensalmente cerca de R$ 200 milhões. Pode se entender esse fôlego como moratória ou mesmo "calote". É salutar esse tipo de negociação? Não, por que pode lá na frente, necessitar de novos empréstimos e não conseguir em razão de seu comportamento perante as instituições financeiras que tem créditos a receber do Estado, tais como: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Partindo do princípio que uma liminar pode cair a qualquer momento, não vejo espaço para comemoração

Partindo do princípio que uma liminar pode cair a qualquer momento, não vejo muito espaço para comemoração. Entre a decisão judicial e a materialização do fato, leva pelo menos 30 dias, tempo suficiente para a liminar ser derrubada.

Porque pode vir a ser derrubada? Por que gera uma jurisprudência negativa, abrindo margem para outros entes federados, fazer o mesmo. O não pagamento por parte dos Estados, de suas dívidas perante as instituições financeiras, sobram para o Governo Federal, avalista dessas operações e que também passa por sérias dificuldades financeiras. O deficit orçamentário herdado do governo Temer, foi de R$ 139 bilhões. O que mostra o estado falimentar em que ambos se encontram.

E a entrada no "Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal? Por um lado seria interessante para quitar dívidas de curto e médio prazo deixadas pelo governo passado. Por outro obrigaria o Estado, a fazer novos ajustes, prejudicando ainda mais o setor produtivo, com cortes de no mínimo 10% de subsídios fiscais e também de vinculações de despesas, com prejuízos para as áreas de pessoal, educação, saúde, ciências e tecnologia, nesse caso específico afetaria ainda mas a UEG, que passa por grave crise.

Eis aí alguns dos reflexos negativos da concessão da liminar junto ao STF. O Estado sai do espeto e cai na brasa.

JÚLIO PASCHOAL é mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberaba (MG) e professor titular da cadeira de macroeconomia da Universidade Estadual de Goiás

Esplanada

Leandro Mazzini | reportagem@colunaesplanada.com.br

Moratória a la Goiás

Com a liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, para suspender por seis meses o pagamento de dívidas do Estado com a União, o governador Ronaldo Caiado (DEM) deu um drible na notícia ruim que pode assustar a população e os investidores. Para quem entende do assunto, foi moratória, mesmo, a suspensão de parcelas de R$ 120 milhões do governo de Goiás para o Tesouro.

Exemplo do Rio

Goiás deve entrar no regime de recuperação fiscal junto à União. O mesmo aconteceu com o quebrado Estado do Rio de Janeiro, durante governo de Michel Temer.

DIÁRIO DA MANHÃ(22/06)

FINANÇAS

Estado começa a definir plano de recuperação fiscal

Ministro Gilmar Mendes concede liminar parcial ao Estado de Goiás determinando a suspensão do pagamento de dívidas por seis de seis contratos com bancos e autoriza o ingresso do Estado no Regime de Recuperação Fiscal

Helton Lenine

O Governo do Estado começa a definir plano de recuperação fiscal Um encontro do secretária de Economia, Cristiane Schmidt, com a equipe da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), esta semana, em Brasília. dará início às negociações sobre a adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal.

Na audiência, Schmidt pretende estabelecer os primeiros parâmetros para definir como uma modelagem para o acordo com a União. "O fato é que precisamos aderir ao plano para ter condições de pagar nossas contas em dia a partir da virada do ano", diz o secretária.

O socorro aos estados e municípios mais endividados prevê a suspensão do pagamento da dívida com a União ao longo dos próximos três anos, exigindo como contrapartida uma série de medidas necessárias para equilibrar as finanças.

Após a sanção presidencial da lei que instituiu a recuperação fiscal, a Secretaria da Economia recebeu da STN o diagnóstico sobre a situação das finanças goianas elaborado por

Secretária Cristiane Schmidt

Ministro Gilmar Mendes

técnicos federais. A partir deste estudo, que avaliou também o impacto das medidas de ajuste já adotadas pelo governador Ronaldo Caiado, será possível projetar os termos do Regime de Recuperação. "Vamos assinar a adesão se ela de fato apontar para o nosso equilíbrio, considerando em especial impactos e benefícios para os próximos governos", assegurou Cristiane Schmidt.

Em nota assinada pela Secretaria da Economia e Procuradoria Geral do Estado, foi destacado que a decisão impõe o cálculo das despesas de pessoal pelo critério da STN. Com isso, diz a nota, os demais poderes e órgãos autônomos deverão adotar as mesmas medidas. Ao destacar as mudanças, o texto cita a lei 159 e informa que o Estado, para conseguir se adequar aos critérios necessários, precisaria ajustar as despesas com pessoal em dois quadrimestres.

Para isso, os Poderes e órgãos autônomos deveriam suspender concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

A procuradora-geral, Juliana Prudente, disse à rádio Sagres 730, em 31 de maio, que o Estado deixará de pagar R$ 120 milhões por mês com a medida. Para se ter uma ideia do que isso significa, a procuradora informou que o Estado fechou maio com um déficit de R$ 60 milhões no mês.

SUSPENSÕES

Entre as suspensões informadas pelo governo também estão a criação de cargo, emprego ou função, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, com exceção à reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Na nota, o Estado faz um apelo para "união de esforços em todos os poderes", em especial do Legislativo que será responsável por elaborar projetos para atender às exigências judiciais e encaminhar as matérias para votação. "Se não houver o apoio de todos os entes, o Estado poderá enfrentar diversas dificuldades financeiras, dentre elas a quitação da folha dos servidores, por exemplo", diz o texto.

As mudanças ainda não são definitivas e dependem de reuniões entre representantes do governo de Goiás e da Secretaria do Tesouro Nacional. A decisão do ministro Gilmar Mendes é liminar, ou seja, pode ser modificada por outras decisões.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar parcial ao Estado de Goiás, na última quarta-feira, determinando a suspensão por seis meses do pagamento de dívidas do Estado de seis contratos com bancos e autoriza o ingresso do Estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) criada pela Lei Complementar 159/2017.

A ação foi proposta pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) em 13 de maio e com pedido de liminar para determinar que União não execute automaticamente a contrapartida contratual contra o Estado em caso de inadimplência.

O POPULAR(23/06)

Alego Ativa pode custar à Casa mais de R$ 1 milhão

ASSEMBLEIA

Valor se refere a aluguel de estrutura para eventos do projeto no interior por um ano

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Wildes Barbosa

Presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), justifica projeto como "necessidade de aproximar a população do Poder Público"

A Assembleia Legislativa de Goiás estima gastar mais de R$ 1 milhão com aluguel de estrutura para realização de eventos no interior por um ano no programa recém-criado Alego Ativa. O valor consta no edital de licitação a ser realizada no dia 3 de julho para o contrato de locação de escritório e palco móveis, banheiros químicos, tendas, gerador, mesas e cadeiras.

O projeto foi criado pelo presidente Lissauer Vieira (PSB) em maio, quando houve a primeira edição, em Acreúna (Região Sudoeste). A Assembleia não forneceu informações sobre o balanço dos gastos. O programa leva serviços a população de cidades do interior, uma vez por mês por dois dias.

As atividades incluem serviços médicos, jurídicos e de assistência social, cursos de capacitação para Câmara de Vereadores, além de evento de abertura, com discursos do presidente e de parlamentares.

A oferta de serviços desse tipo ocorre em geral em eventos do Executivo, em parceria com entidades – como no mutirão da Prefeitura de Goiânia ou do programa Governo Junto de Você, dos governos do PSDB no Estado – e não está nas atribuições constitucionais do Legislativo estadual

A direção da Assembleia diz que o Alego Ativa é uma ampliação do antigo projeto Intercâmaras, criado na 16ª legislatura (2007-11), que visava à integração do Legislativo estadual com as câmaras municipais. Mas Lissauer optou por incluir atendimento à comunidade, alegando necessidade de "aproximar a população do Poder Público".

Em discurso na abertura do evento em Acreúna, município de sua base, Lissauer disse que o programa permite que os parlamentares ouçam a população, identifiquem as necessidades dos municípios e, posteriormente, planejem e levem políticas públicas efetivas a eles.

No dia da primeira edição, o presidente afirmou ao POPULAR que a Câmara de Acreúna e entidades parceiras cederam toda a estrutura e que houve gastos apenas com a disponibilidade de pessoal da Assembleia. Na ocasião, ele antecipou que lançaria licitação para tendas, mesas e cadeiras, mas previu cerca de R$ 30 mil de despesas com cada edição.

> *"Eu também estranhei o valor, mas a Diretoria de Assuntos Institucionais me apresentou a justificativa e explicou que não deve ser tudo isso"*
>
> **Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia**

Estrutura do Alego Ativa

Conteúdo do edital de licitação para aluguel de objetos e equipamentos para a execução do programa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás por 12 meses

Objeto	Quantidade	Preço estimado
Escritório móvel	30	R$ 387.000,00
Unidade móvel de banheiros com 4 cabines	15	R$ 168.000,00
Palco móvel	15	R$ 247.500,00
Tendas	60	R$ 104.000,40
Gerador de energia	15	R$ 90.686,40
Mesas	750	R$ 12.945,00
Cadeiras	3.000	R$ 34.980,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO		**R$ 1.045.111,80**

JUSTIFICATIVA

Questionado ontem sobre o valor estimado no edital – R$ 87 mil por edição –, o presidente disse que a expectativa é que a licitação se encerre com preço bem inferior. "Eu também estranhei o valor, mas a Diretoria de Assuntos Institucionais me apresentou a justificativa e explicou que não deve ser tudo isso. O valor deve cair na licitação e também não usaremos todo o material", afirmou. "Se ficar caro, inviável financeiramente, eu cancelo e não faço (o programa). Espero que seja menos da metade", completou.

A Diretoria de Assuntos Institucionais tem como titular o ex-deputado Simeyzon Silveira (PSD), que não conseguiu se reeleger.

A próxima edição será realizada no fim deste mês em São Simão, também na Região Sudoeste, antes da licitação. Lissauer diz que tem recebido muitos pedidos de parlamentares e de lideranças políticas locais para levar o evento a mais cidades, mas não pretende ampliar o projeto para além de uma edição mensal.

R$ 4,3 mil de diárias a servidores

A Assembleia Legislativa de Goiás pagou pelo menos R$ 4,35 mil de diárias a servidores para a realização da primeira edição do programa Alego Ativa, em maio. Os dados constam no Portal da Transparência da Casa. Em maio, houve pagamento a dez servidores, no valor de R$ 2,55 mil. Já neste mês, sete receberam um total de R$ 1,8 mil. Se mantiver a mesma estrutura de pessoal, a Alego gastará em 12 edições R$ 52,2 mil com diárias. O POPULAR solicitou à assessoria da Casa um balanço completo sobre os gastos com diárias, transporte, estrutura, alimentação e demais despesas da primeira edição, mas não recebeu resposta.

"A Alego disponibilizou recursos humanos e materiais para o evento e as despesas de cada departamento da Casa (com diárias, deslocamento, estrutura e alimentação) entrarão no Portal da Transparência, logo que forem totalizadas", informou a assessoria.

De acordo com dados do Portal da Transparência, todos os servidores viajaram a Acreúna (a 154 quilômetros de Goiânia) em veículos oficiais. Não estão disponíveis dados sobre o custo dos deslocamentos.

O POPULAR(23/06)

POLÍTICA

CILEIDE ALVES

O giro de 360º do ajuste fiscal

Jornalista

A liminar do ministro Gilmar Mendes, na quarta-feira (19), em ação proposta pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) vai levar a Secretaria de Economia de volta ao ponto inicial do processo de negociação do ajuste fiscal do Estado, iniciado logo após a posse do governador Ronaldo Caiado (DEM) em 1º de janeiro.

Gilmar Mendes proibiu a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de executar as contragarantias dos contratos de dívidas com bancos federais que o Estado deixar de pagar e permitiu o ingresso de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Para isso, o Estado terá de aprovar em seis meses uma lei estadual com o plano de ajuste de suas contas.

A adesão ao RRF era o plano A do governo goiano. Em 15 de janeiro, o Tesouro divulgou o Guia para o Governador, informando que a dívida consolidada do Estado em 2018 era inferior à Receita Corrente Líquida (RCL) de 2019, um dos três pré-requisitos para Goiás se tornar elegível ao programa. O guia frustrou o propósito do governo de Caiado.

O governador partiu para o plano B. Articulou em Brasília um socorro a Estados em situação de calamidade fiscal e com nota C na avaliação de capacidade de pagamento, como Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Roraima. Era o Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), com apelido de Lei Mansueto, referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

Os meses de abril e maio se foram e nada de PEF chegar ao Congresso Nacional. Caiado tinha urgência e teve a ideia do plano C. A edição de uma medida provisória (MP), que vira lei no ato de sua publicação, autorizando os Estados a contrairem empréstimos de até 30% dos recursos dos fundos constitucionais ou, no caso de Goiás, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

O governador reuniu-se um par de vezes com os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Economia (Paulo Guedes) e até com o presidente Bolsonaro para tratar da MP. Hoje ninguém mais fala dela. Onyx passou esta sexta-feira (21) na cidade de Goiás e só prometeu um plano de reestruturação das dívidas estaduais para depois da aprovação da reforma da previdência.

Em 13 de maio a PGE recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido para suspender o pagamento das dívidas aos bancos federais até o Estado aderir ao PEF. Foi a quarta iniciativa do governo goiano em prol de um ajuste de contas.

Antes do STF se decidir, o plano B de Caiado finalmente chegou em 4 de junho ao Congresso batizado pela União de Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o tal PEF. Só que na sexta-feira ele estava paradinho na Câmara dos Deputados, à espera da criação de Comissão Temporária pela mesa diretora para começar a tramitar.

Se o PEF não é lei, como Gilmar Mendes poderia conceder liminar na ação da PGE? E se o Congresso não o aprovar? Foi o que ele disse à procuradora-geral, Juliana Prudente. Foi então, que a PGE mudou a petição e pediu adesão ao plano A, leia-se RRF. O ministro concedeu a liminar e agora nem o Tesouro Nacional nem a Secretaria Estadual de Economia sabem o que fazer.

Em nota a secretaria disse na quinta-feira (20) que vai procurar a STN nesta semana para entender as implicações da liminar. O Tesouro também não sabe e procurou a Advocacia Geral da União (AGU) para se orientar sobre o que fazer com a decisão do STF.

A impressão diante desse vaivém é que o governo anda em círculos. São muitas idas a Brasília, eventos com ministros em Goiás e audiências na Esplanada dos Ministérios, visitas ao presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto e duas vindas dele a Goiás, mas os projetos não desenrolam.

Isso me faz lembrar de um personagem de Philip Roth, no livro *A Marca Humana*. Ao subir no ringue para lutar boxe ele dizia a si próprio: "Foco na tarefa, nada além da tarefa. Concentrar-se na tarefa. Não permitir nenhuma distração." Esse personagem tinha foco porque escolheu a tarefa. O governo de Goiás escolheu a sua?

POLÍTICA

Centralização de contas é descartada

EQUILÍBRIO FISCAL Para o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira, medida "é inviável"; item é um dos possíveis para enquadrar Estado em plano de ajuste

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Em meio às primeiras tratativas para a adesão de Goiás ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), a medida que cria uma unidade de tesouraria para centralizar a gestão financeira junto ao Tesouro do Poder Executivo não deve estar entre as três escolhidas pelo governo. Cada Estado precisa escolher três em uma lista de oito.

Apesar de haver recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) para criação de uma conta única no Estado, isso ocorre devido aos desgastes que a medida poderia causar, uma vez que visa centralizar os recursos de todos os Poderes. O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), por exemplo, diz achar a medida inviável neste momento.

Segundo ele, a inviabilidade está na falta de autonomia que a proposta traz. "Acho inviável, até porque os Poderes têm que ser independentes e, a partir do momento que existe conta única, apenas um Poder vai gerir. Então, não vejo possibilidade", diz. Para ele, a questão é complexa, "geraria uma discussão muito grande" e, por isso, não seria possível para o momento.

Sobre as outras medidas (*leia quadro*), ele relata que precisam ser discutidas, inclusive a que estabelece um teto dos gastos limitados ao IPCA ou à variação anual da receita corrente líquida, o que for menor. "Não conheço a matéria, então, precisaríamos analisar para ver se há possibilidade de fazermos."

As escolhas das medidas devem passar por diálogo com a Assembleia, visto que caberá à Casa aprovar as mudanças necessárias para que o Estado entre no PEF. Uma conversa preliminar sobre o assunto já foi feita, inclusive, entre Lissauer e o governador Ronaldo Caiado (DEM), a pedido do último.

Encontraram-se na segunda-feira (17) e, segundo Lissauer, voltariam a conversar, assim que o governador "tivesse uma posição mais segura" sobre as medidas a serem escolhidas. "Vamos ver as que são menos traumáticas para Goiás, que trariam menos desgastes tanto no Parlamento quanto com a população. Faremos isso a quatro mãos."

POLÍTICO

Em entrevista ao POPULAR na segunda-feira (17), a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, já havia apontado para a dificuldade de se escolher a conta única como uma das três medidas. Segundo ela, a questão passa viabilidade política e, por isso, o governo buscaria diálogo com os Poderes.

A reportagem tentou contato com o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), desembargador Walter Carlos Lemes, mas a assessoria da Corte informou que o Tribunal não irá se pronunciar sobre o assunto.

Em relação ao teto de gastos, o governo pode tentar enquadrar o teto aprovado em 2017, seguindo modelo do que foi feito pelo governo federal no mesmo ano. Porém, como mostrou o POPULAR na terça-feira (18), o teto em vigor no Estado estabelece limite sobre a despesa corrente orçada e suplementada e não sobre a receita realizada, exigida pelo PEF.

Dessa forma, caso o teto seja escolhido como uma das medidas, o Estado precisaria enviar nova alteração na Constituição estadual para a Assembleia.

Wildes Barbosa

Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia: fere autonomia dos Poderes

8 opções aos Estados para adesão ao PEF

Do cardápio abaixo, cada Estado terá de escolher três ítens. Veja detalhes de cada uma das possibilidades para o cenário de Goiás

1 Autorização para privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento ou de gás, com vistas à utilização dos recursos para quitação de passivos

O governador Ronaldo Caiado prometeu na campanha eleitoral que não privatizaria a Saneago e mantém o discurso de que considera a estatal viável. A empresa de energia (antiga Celg D) já foi privatizada e não há estatal em Goiás do setor financeiro.

2 Redução de incentivos ou benefícios de natureza tributária em 10% no 1º exercício subsequente ao da assinatura do Plano e suspensão de concessões de novos incentivos ou benefícios na duração do PEF

O Estado já promoveu cortes em benefícios no final do ano passado, mas não se sabe se os efeitos terão validade para a contagem do porcentual, já que o texto fala em redução no exercício seguinte à assinatura. Haverá grande resistência do setor produtivo, mas o governo já vem defendendo o encaminhamento dessa discussão.

3 Revisão do regime jurídico único dos servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional para suprimir benefícios ou vantagens não previstos no regime de servidores públicos da União

O Estado teria de rever planos de carreiras e extinguir todos os benefícios a categorias de servidores para se igualar ao regime federal. Quinquênios e licenças-prêmios, por exemplo, seriam afetados. O governo considera muito desgaste com o funcionalismo, já penalizado com o atraso de salários de dezembro, não pagamento de data-base e de outros benefícios.

4 Adoção do teto dos gastos limitados ao IPCA ou à variação anual da receita corrente líquida, o que for menor

O Estado aprovou uma PEC do Teto em 2017, nos moldes do governo federal, mas estabeleceu o limite sobre a despesa corrente orçada e suplementada e não sobre a receita realizada. Para aderir a este item, teria de alterar a PEC. Na prática, já há limitação de gastos por falta de recursos.

5 Eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição Federal (saúde e segurança)

O Estado teria de excluir a obrigação de aplicação de 2% da receita na Universidade Estadual de Goiás (UEG). A outra vinculação de nível estadual, de 1,25% para apoio à pesquisa (0,5%), ciência e tecnologia (0,5%) e pesquisa agropecuária (0,25%), já foi flexibilizada na PEC do Orçamento Impositivo, aprovada em maio. A Secretaria de Economia já sinalizou em favor das desvinculações.

6 Adoção do princípio de unidade de tesouraria para implementar gestão financeira centralizada junto ao Tesouro do Poder Executivo

Embora os discursos do governador e da secretária da Economia sejam nesse sentido, de que o caixa é um só, o governo considera que não haveria apoio no Legislativo para aprovação, já que afeta diretamente o Poder, além do Judiciário, que também tem poder de pressão. O PEF e recomendações do TCE-GO reforçam a conta única, mas politicamente é improvável a aprovação.

7 Adoção de medidas voltadas à prestação de serviço de gás canalizado, segundo diretrizes da Agência Nacional de Petróleo

Segundo a Secretaria da Economia, não há estrutura no Estado.

8 Se houver companhia de saneamento, a adoção do seu processo de desestatização

O interesse do Estado até o momento é vender 49% das ações da Saneago, mantendo a maioria do capital acionário. Portanto, a possibilidade é vista como descartada no cenário atual.

Setor produtivo também se articula

Uma medida que também está no radar do Estado trata da redução de incentivos ou benefícios de natureza tributária em 10%, no primeiro exercício subsequente ao da assinatura do Plano, e suspensão de concessões de novos incentivos ou benefícios na duração do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF).

Contudo, o assunto ainda é alvo de certa desconfiança de empresários. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, diz que é necessário, primeiro, ver qual é a intenção do governo. "Quando nos chamarem para dialogar, vamos ver qual a intenção. O que não se pode, é ter redução de contratos já feitos", diz.

A secretária de Economia, Cristiane Schmidt, já havia dito ao POPULAR que chamará o setor empresarial, sobretudo o industrial – que tem os maiores incentivos –, para conversar e tentar chegar a um acordo sobre "onde tirar gorduras."

Segundo Mabel, é preciso estudar o assunto, "senão inviabiliza todo mundo". "Quando se faz isso (corte de benefícios fiscais), as empresas vão para outros Estados, pois os incentivos ficam sem atratividade. Mas estamos conversando e o governador começa a ficar mais permeável a isso."

Uma ideia do governo é tentar enquadrar os cortes que já foram feitos na medida. O Estado reduziu benefícios no fim do ano passado e a Secretaria de Economia cogita dialogar com o governo federal para que essas reduções de renúncia entrem no critério, visto que "foram um desgaste político para o governador", como chegou a reconhecer a titular da pasta, Cristiane Schmidt.

Contudo, há dúvida de se os efeitos da lei aprovada em 2018 terão validade, uma vez que o texto do PEF fala em redução no exercício seguinte à assinatura. Caso entre no critério, as reduções poderiam ser prolongadas – a lei aprovada no ano passada que trata dos cortes nos benefícios tem validade até março de 2020.

Entidades do Fórum Empresarial já iniciaram diálogo com deputados. O assunto foi tema de reunião com o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), na semana passada. Participaram da reunião os presidentes das federações das Indústrias (Fieg) e das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Goiás (FCDL-GO), Sandro Mabel e Valdir Ribeiro da Silva, respectivamente, e o presidente da Associação Pró-desenvolvimento Industrial (Adial), Otávio Lage Filho.

GIRO

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Sem amarras

Em maio, outra PEC apoiada pelo governo já havia excluído a aplicação constitucional de 1,25% para ciência, tecnologia e pesquisa agropecuária. Ambas as vinculações foram criadas em 2005.

Para recordar

Em 2008, o então governador Alcides Rodrigues tentou reduzir de 2% para 0,25% a aplicação obrigatória na UEG. Sofreu duras críticas e não levou adiante a proposta.

A passos lentos

A Comissão Especial do PEF na Câmara dos Deputados foi criada há 12 dias, mas tem apenas 2 dos 34 integrantes. Cabe aos partidos a indicação dos titulares das vagas. Somente PCdoB e PDT já nomearam.

Reação

Iris de Araújo criticou nas redes sociais a proposta de união entre MDB e PSDB em Goiânia em 2020. "Surreal e inaceitável uma aliança entre partidos tão antagônicos. Misturar caldo de cana com chorume", diz.

Governo Caiado pretende reduzir vinculação dos repasses a UEG e Educação

O governo de Ronaldo Caiado (DEM) quer reduzir a vinculação constitucional para a Educação e a Universidade Estadual de Goiás, passando a contabilizar os repasses do ensino superior no total dos 25% da Educação. Atualmente, a Constituição Estadual estabelece obrigação de aplicar 27% nas duas áreas, sendo 2% para a UEG. A proposta será apresentada em emenda do líder do Governo na Assembleia, Bruno Peixoto (MDB), em alguma PEC em tramitação. A exclusão de vinculações que não estejam na Constituição Federal é um dos oito itens que os Estados podem escolher para aderir ao Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), do governo federal. O governador pediu prioridade na tramitação em conversa com o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), na semana passada. Bruno diz que a proposta não reduz recursos para a UEG e não trará prejuízos à Educação porque houve economia com aluguel e servidores.

Wildes Barbosa

Sem a pata – Registro de um macaco-prego que perdeu a pata no Parque Areião, em Goiânia. O POPULAR já mostrou o grande número de casos de atropelamentos e ferimentos em latas de refrigerante dos bichinhos.

Acima do esperado

O governo estadual recebeu em quatro meses mais da metade do que previu no Orçamento de transferência de capital da União para 2019. A maior parte – R$ 30,9 milhões – foi para a Educação.

O HOJE (24/06)

Legislativo de olho nas emendas

Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira tem o entendimento de que Orçamento Impositivo é uma forma de fortalecer a representação parlamentar

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

Governo de Goiás e deputados estaduais tiveram grandes embates para definir o percentual das emendas impositivas

Os deputados estaduais e os vereadores de Goiânia têm esta semana para deliberar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, de olho nas emendas impositivas, asseguradas, em ambas as Casas de Leis, por emendas constitucionais.

A diferença é que na Assembleia Legislativa, os deputados têm de apresentar emendas até o limite de 0,7% da Receita Corrente Líquida; já na Câmara da capital, o percentual chega a 1,5%. No cão do Parlamento estadual, o valor global das emendas deverá ser revertido exclusivamente para a área da saúde.

Pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC), aprovada pelos deputados, o percentual para atendimento do orçamento impositivo, para 2021, vai aumentar para 0,9%, com 70% dos recursos destinados à saúde e educação, e 30% de livre aplicação. O percentual de 1,2% da receita só passará a valer a partir de 2022, sendo 70% dos recursos destinados para saúde e educação, e o restante, de livre indicação dos parlamentares.

Antes mesmo de o governador Ronaldo Caiado (DEM) assumir o governo, no fim de 2018, e nos primeiro mês de seu mandato, a base aliada e a bancada de oposição travaram uma disputa pelos índices do chamando orçamento impositivo. A oposição defendia, já para este ano, a destinação de 1,2% das emendas parlamentares, com cumprimento total ainda no primeiro semestre.

No início do semestre do ano passado, na gestão do então deputado José Vitti (PSDB), o plenário aprovou a primeira PEC sobre o orçamento impositivo, que previa a destinação de 1,2% da receita para atender às emendas impositivas. Com a eleição de Caiado, houve a primeira queda de braço entre governistas e a oposição.

> *Na Câmara Municipal da Capital, o percentual chega a 1,5% da Receita Corrente Líquida do município*

Por orientação do Palácio das Esmeraldas, o deputado Bruno Peixoto (MDB), que depois viria a ser escolhido do Governo, articulou alterações nos percentuais da PEC, apresentando uma primeira proposta, que adiava para 2021 o atendimento integral das emendas parlamentares.

Diante da reação da oposição, outra proposta foi colocada na mesa de negociação, com percentuais crescentes., chegando a 1,2% em 2022.

No início deste ano, o deputado tucano Talles Barreto apresentou uma nova PEC, voltando aos índices previstos na primeira proposta aprovada em 2018, amparada no discurso de fortalecimento e independência do Parlamento, defendido pela nova mesa diretora, tendo à frente o deputado Lissauer Vieira (PSB).

Caiado teve, então, que acionar o secretário de Governo, Ernesto Roller, para negociar com os deputados, diante do impacto financeiro que a mudança causaria nos cofres do Tesouro estadual.

Com o acordo, as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, que chegará à Assembleia no início do mês de outubro, continuarão sendo progressivas, mas com os percentuais já citados. À época, o presidente Lissauer Vieira afirmou que a negociação havia sido resultado de bom senso da Mesa Diretora, de articuladores políticos do Governo e até de parlamentares da oposição.

> *O percentual de 1,2% da receita só passará a valer a partir de 2022, sendo 70% dos recursos destinados para saúde e educação*

"Um acordo totalmente suprapartidário, independente da vontade de deputados da situação ou da oposição aqui no Parlamento. Foi um acordo do qual nós podemos falar que todos os deputados concordaram e o Parlamento saiu engrandecido", disse.

Lissauer tem o entendimento de que Orçamento Impositivo é uma forma de fortalecer a representação parlamentar. "Nós que conhecemos a realidade dos municípios, que somos cobrados, em visita aos municípios, sabemos onde têm que ser investidos os recursos", justificou. "Nós conversamos muito com o governador Ronaldo Caiado e, num ato de bom senso, conseguimos chegar num acordo que ficou bom para todos, que ficou de bom tamanho, ajudando o Estado de Goiás e a população", pontuou.

O secretário Ernesto Roller chegou a comemorar o acordo que, segundo ele, colabora com o fortalecimento da base de sustentação do Governo na Assembleia Legislativa. "Foi muito importante essa compreensão para que chegássemos a esse acordo. É uma demonstração clara que todos, de mãos dadas, podem puxar o Estado de Goiás para frente na construção da solução dos problemas", comentou.

O HOJE (24/06)

Legislativo de olho nas emendas

Receita do Estado pode chegar a R$ 27,5 bilhões

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) projeta, para 2020, uma receita total de R$ 27,5 bilhões. Mas é somente na proposta orçamentária que o governo deve sinalizar se haverá, ou não, de déficit, a exemplo do que foi estimado para este ano, de R$ 6 bilhões.

A Constituição Federal, em seu artigo 165, estabelece que a LDO tem por objetivo definir normas orientadoras para a elaboração e execução dos orçamentos, fixar as metas e prioridades da administração pública e estabelecer as metas e projeções fiscais para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes, desdobradas em receita e despesa, resultado primário e nominal e estoque da dívida pública consolidada.

A LDO traz importantes orientações que refletirão nos aspectos orçamentários, financeiros, contábeis...

A LDO dispõe sobre o equilíbrio de receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

"Dessa forma, a LDO traz importantes orientações que refletirão nos aspectos orçamentários, financeiros, contábeis, patrimoniais, nas alterações da legislação tributária e na descrição de possíveis riscos fiscais que possam afetar as contas públicas do Governo do Estado de Goiás no exercício de 2020", explica o governador Ronaldo Caiado na justificativa do texto encaminhado à Assembleia Legislativa.

Comissão Mista da Câmara vota Lei de Ditrizes Orçamentárias terça-feira

A Comissão Mista da Câmara de Goiânia deve votar nesta terça-feira o relatório final do Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelo vereador Jair Diamantino (DC), com as respectivas emendas dentro do orçamento impositivo. A apreciação em plenário pode ocorrer ainda esta semana. A LDO projeta a receita do município, para 2020, em R$ 5,7 bilhões.

Em relatório enviado à Câmara, o prefeito Iris Rezende (MDB), registrou que das 145 emendas dos vereadores, apresentadas no ano passado, que resultaram em R$ 30,5 milhões, ele acatou 74 delas, num volume de recursos de R$ 15,3 milhões. Os valores são destinados, prioritariamente, a obras em infraestrutura, como reforma de escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis), Centro de Atendimento e Inclusão Social (Cais), requisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em vários bairros, construções de quadras poliesportivas.

As emendas individuais também contemplam obras como revitalização de ruas e avenidas, instalações de sinalizações horizontais, finalização de pontes, aquisição de climatizadores de ar, computadores e impressoras.

A análise das emendas impositivas de 2019 foi feita pela Diretoria de Elaboração e Programação Orçamentária da Superintendência de Planejamento Governamental da Secretaria Municipal de Finanças.

O levantamento concluiu que as emendas individuais apresentadas e acatadas pela relatoria representaram 1,2% da receita corrente líquida apurada, e estão, portanto, dentro do que prevê o parágrafo 8º da Lei Orgânica do Município.

Sobre o corte de metade das emendas impositivas, o relatório destaca que, com base no parágrafo 11 do artigo 138 da Lei Orgânica, somente serão executadas se não houver impedimentos técnicos ou legais.

A proposta do orçamento impositivo, à Lei Orgânica do município, foi aprovada pela Câmara no dia 27 de junho de 2017, por iniciativa da vereadora Priscilla Tejota (PSD).

As emendas individuais terão como limite 1,2% da receita corrente líquida do município, com previsão de que 20% do valor serão destinados a ações e serviços de saúde. O projeto também estabelece igualmente prazos no caso de impedimento de ordem técnica ou legal quanto ao empenho de despesas pela Prefeitura, o que, no caso, são de até 120 dias.

A LDO é uma peça de planejamento cuja principal finalidade é orientar a elaboração das metas fiscais e de investimento do Poder Público,, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual.